

**HABEAS CORPUS Nº 515.277 - SP (2019/0167675-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS**  
**ADVOGADO : MARCELO VICENTINI DE CAMPOS - SP260526**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GEANDERSON DA SILVA BENTO (PRESO)**

**DECISÃO**

**GEANDERSON DA SILVA BENTO** alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção em decorrência do acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2092630-80.2019.8.26.0000.

Busca a defesa, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva do acusado com a imposição de medidas cautelares, por compreender ser desproporcional a segregação, "sendo adequado e suficiente, para a finalidade que se presta, a adoção da fiança como medida cautelar distinta da prisão" (fl. 4). Entende, também, ser inidônea a fundamentação invocada para a decretação da custódia cautelar, haja vista estar amparada apenas na gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas.

**Decido.**

Em análise perfunctória – própria deste momento processual – verifico que, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, o Juiz de primeiro grau descreveu que policiais localizaram veículo que supostamente realizava o abastecimento de pontos de vendas de drogas. Ao encontrarem o automóvel, dentro dele estava o réu. O Magistrado, ainda, assentou (fls. 81-82, grifei):

Contudo, durante a revista veicular, dentro de uma sacola plástica, sobre o banco do passageiro do veículo, foram encontrados **32 (trinta e dois) tubetes com substância análoga a cocaína, 5 (cinco) trouxinhas plásticas com substância análoga a maconha e 3 (três) porções com substância análoga a crack**. Em virtude de tal fato, foi dada voz de prisão ao conduzido **Geanderson, sendo que este ofereceu a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) aos policiais em troca da sua liberdade**, valor este que se encontrava em sua moradia. Ato contínuo, os policiais rumaram até a referida residência e, já dentro do quarto da casa, o conduzido Geanderson pegou uma caixa de celular

que estava dentro do guarda-roupa, **com a quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), valor que foi entregue aos policiais. Novamente foi dada voz de prisão ao conduzido Geanderson, deste feita pelo crime de corrupção ativa.** Em buscas na residência, os policiais localizaram **48 (quarenta e oito) tubetes com substância análoga a cocaína, 4 (quatro) porções com substância análoga a crack e 1 (uma) balança de precisão.**

[...]

Ademais, denota-se que **o acusado possui passagens anteriores pelo mesmo delito e estava em regime aberto,** o que afasta a possibilidade de concessão do benefício de liberdade provisória.

No caso, ao menos na análise possível no presente momento, observa-se que o averiguado **mantinha consigo uma quantidade considerável de drogas, embaladas para consumo e, segundo as denúncias que deram origem à ocorrência, abastecia ponto de venda de droga, a denotar seu envolvimento com a atividade delitiva.**

[...]

Não bastasse, foi narrada ainda tentativa de corromper os policiais mediante paga para a obtenção de sua liberdade, conduta ensejadora do crime de corrupção ativa, tudo a denotar que este planeja se furtar à aplicação da lei penal.

A um primeiro olhar, os elementos invocados – quantidade de droga apreendida, forma de acondicionamento, presença de petrechos típicos do tráfico, reiteração delitiva, além da tentativa do réu de se furtar à aplicação da lei penal – demonstram a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do insurgente.**

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações atualizadas ao Juiz de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, que devem ser enviadas via malote digital.

Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intmem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

